

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA XXX VARA
CRIMINAL E XXXXX JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX-UF**

Processo n.º

FULANO DE TAL, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, à presença de V. Ex.^a, pela Defensoria Pública do Distrito Federal, requerer a juntada das **Contrarrazões ao recurso de Apelação** interposto pelo Ministério Público e o regular processamento do feito nos termos estabelecidos por lei.

LOCAL E DATA.

Defensor Público

**EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS**

Proc.:

Recorrido: FULANO DE TAL

CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO

COLENDIA TURMA,

DOUTO(A) RELATOR(A),

ILUSTRE PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA.

O Ministério Público, por meio de seu representante legal, contrariado com sentença que condenou o apelante às fls. 148/152vº, apelou a esta Egrégia Casa de Justiça, fulcrado no artigo 593, inciso I, do Código de Processo Penal, objetivando a reforma da sentença para reconhecer o concurso formal imperfeito entre os crimes de furto qualificado e corrupção de menores.

Sem razão o recorrente.

Conforme bem observou a MM. Juíza de piso “O réu, mediante uma só ação, praticou um crime de furto qualificado e corrupção de menores. Portanto, a teor do disposto no artigo 70, primeira parte, do Código Penal, deve ser aplicada a regra do concurso formal. Considerando que se trata de dois crimes, majoro a pena do delito mais grave (furto qualificado) em 1/6 (um sexto).” [fl.152].

A decisão da Magistrada está de acordo com a jurisprudência do e. TJDF. Confira-se:

PENAL PROCESSUAL. ART. 157, § 2º, INC. I E II, C/C O ART. 70, AMBOS DO CP E ART. 244-B DO ECA. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS - IMPOSSIBILIDADE. DOSIMETRIA - CONCURSO FORMAL PRÓPRIO ENTRE OS CRIMES DE ROUBO E CORRUPÇÃO DE MENORES - RECONHECIMENTO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.(...)

Comprovado que os delitos de roubo e de corrupção de menores foram praticados mediante desígnio único, aplica-se a regra do concurso formal próprio.

(Acórdão n.792701, 20130110955178APR, Relator: ROMÃO C. OLIVEIRA, Revisor: GILBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA, 1ª Turma Criminal, **Data de Julgamento: 22/05/2014**, Publicado no DJE: 06/06/2014. Pág.: 222)

PENAL. **ROUBO CIRCUNSTANCIADO. CORRUPÇÃO DE MENORES.** FALSA IDENTIDADE. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ROUBO. USO DE ARMA. EXCLUSÃO. AUSÊNCIA DE PERÍCIA. **CONCURSO FORMAL. AFASTAMENTO. ÚNICA AÇÃO. DOIS DELITOS.** CAUSAS DE AUMENTO. CIRCUNSTÂNCIAS. DESLOCAMENTO. PENA BASE. IMPOSSIBILIDADE. VERBA INDENIZATÓRIA. AFASTAMENTO. PEDIDO EXPRESSO DAS PARTES. INEXISTÊNCIA. CONDENAÇÕES

TRANSITADAS EM JULGADO EM DATA ANTERIOR. ANTECEDENTES. PERSONALIDADE. CONDUTA SOCIAL. REINCIDÊNCIA. VIABILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDOS. (...)

7. Verificando-se a ocorrência de uma só ação para a prática de dois delitos, imperioso o reconhecimento do concurso formal próprio ou perfeito (art. 70, primeira parte, do Código Penal) entre os crimes de roubo e corrupção de menores, salvo se o cúmulo material for mais benéfico. (...)

12. Recursos parcialmente providos.

(Acórdão n.757044, 20130710142179APR, Relator: CESAR LABOISSIERE LOYOLA, Revisor: SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS, 2ª Turma Criminal, **Data de Julgamento: 30/01/2014**, Publicado no DJE: 07/02/2014. Pág.: 196)

Assim, havendo a prática do crime de furto qualificado em concurso com o de corrupção de menores em um mesmo contexto fático, aplica-se a regra do concurso formal próprio de crimes.

Ante o exposto, requer a Defesa que o recurso do Ministério Público seja conhecido e, no mérito, desprovido, mantendo-se, no ponto, incólume os termos da r. s. sentença absolutória.

LOCAL E DATA.

DEFENSOR PÚBLICO